

DOIS TURNOS

Alerj aprova ampliação do horário de atendimento nos bancos

A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou em primeira discussão na terça-feira (9), o projeto de lei 1.479/04, que cria dois turnos de trabalho bancário e fixa o horário de funcionamento dos bancos das 9h às 17h. O público ganha mais duas horas no atendimento. A segunda votação deverá ocorrer já nesta semana.

O projeto é do deputado estadual Gilberto Palmares (PT) e inclui a ressalva de que a ampliação do horário de atendimento aos clientes não implicará acréscimo da carga horária vigente para os funcionários das agências.

AMEAÇA DE SANÇÃO

A iniciativa conseguiu que o plenário derrubasse o parecer da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pela inconstitucionalidade do texto. Após a vitória, Palmares lembrou que a mesma alegação foi feita na ocasião da sanção da lei 4.223/03, que estabeleceu o tempo máximo de 20 minutos de espera nas filas dos bancos.

Para o diretor do Sindicato Carlos Maurício, a ampliação do horário de atendimento para o período das 9h às 17h não pode de forma alguma ser entendida como aumento da carga horária dos bancários. “A nossa jornada de 6 horas é intocável, sagrada, a categoria lutou muito por ela. Não abrimos mão dessa conquista. Portanto, a ampliação do horário, nos termos da lei, tem que ter a perspectiva de criar novos postos de trabalho bancário, além de melhorar o atendimento aos clientes e usuários”, disse o diretor.



SEGUNDA DISCUSSÃO – Ainda nesta semana, a Alerj deve debater o projeto do deputado estadual Gilberto Palmares (ao microfone)

SAÚDE CAIXA

Inscrições de chapas para conselho de usuários terminam nesta quarta

Nesta quarta-feira (17), termina o prazo para as inscrições de chapas para concorrer, de 13 a 17 de dezembro, à eleição do Conselho de Usuários do Saúde Caixa. Cada chapa precisa ter cinco titulares com igual número

de suplentes, sendo, no mínimo, dois aposentados e dois da ativa.

Leia ainda na página 3 o resultado da primeira rodada das negociações permanentes com a diretoria da Caixa em Brasília.

Sindicalismo brasileiro ganha força no mundo

O presidente da Uni Sindicato Global disse na quinta-feira (11), em Nagasaki, no Japão, onde se realiza o 3º Congresso Mundial Uni Sindicato Global, que o sindicalismo brasileiro ganha maior importância no contexto mundial.

SEMINÁRIO

Justiça do Trabalho em debate no IFCS

O seminário “O diálogo Justiça do Trabalho, sindicatos e trabalhadores” acontece no próximo dia 30, das 9h às 17h, no Salão Nobre do IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, no Largo São Francisco, no Centro. O evento é promovido em parceria entre a Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Feeb-RJ/ES), o Sinttel-Rio, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da UFF e o Núcleo de Estudos Trabalho e Sociedade do IFCS-UFRJ.

Haverá duas mesas: uma sobre temas do direito individual e outra tratando do direito coletivo. Esta última contará com a mediação da advogada Sayonara Grillo, assessora jurídica da Feeb-RJ/ES.

ERRATA

Câmara de Vereadores presta homenagem a José Ferreira



Erramos em nossa edição número 4395, do último dia 9, na matéria “Bancários do Rio são homenageados pela Câmara dos Vereadores”.

O nome do vice-presidente do Sindicato, José Ferreira, foi omitido no parágrafo em que estão relacionados os nomes dos ex-presidentes homenageados na comemoração dos 80 anos do Sindicato. José Ferreira foi presidente do Sindicato de 2000 a 2003, ainda pelo Unibanco. Atualmente, ele trabalha na Caixa Econômica Federal.

Análise Econômica do DIEESE

A venda de ações da Petrobrás: o Estado brasileiro avança, mas ainda há muito por fazer

Os processos de cessão onerosa e aumento de capital da Petrobrás S.A. se inserem no objetivo de tornar a empresa uma das maiores companhias integradas de energia do mundo e, principalmente, na estratégia definida pelo governo brasileiro para a exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural na província petrolífera denominada pré-sal, que vem confirmando ser, senão a maior, uma das maiores descobertas de petróleo e gás natural realizada no mundo, nos últimos 30 anos¹.

A partir da constatação da importância desta descoberta, o governo federal decidiu encaminhar ao Congresso Nacional um projeto de legislação específica para regular a exploração das áreas do pré-sal que ainda não tinham sido leiloadas², propondo a adoção de um novo sistema baseado na partilha³ da produção, com a Petrobras atuando como operadora única, com a participação mínima de 30% em todos os blocos.

Para viabilizar o desafio de tornar a empresa uma das cinco maiores companhias de energia do mundo e operadora única no pré-sal, o que requer investimentos da ordem de US\$ 224 bilhões no período de 2010 a 2014, dos quais US\$ 31 bilhões apenas para o pré-sal, o Executivo Federal decidiu fortalecer a Petrobrás por meio de um processo duplo e concomitante de cessão onerosa e aumento de capital.

Por meio do processo de cessão onerosa, a União repassou

para a Petrobrás reservas provadas de petróleo e ou equivalentes de 5 bilhões de barris, a um preço médio/barril de US\$ 8,51, perfazendo um valor total de US\$ 42,55 bilhões. O pagamento efetivo ficou para depois do fechamento do processo de aumento do capital social da empresa por meio de oferta pública de ações. Cerca de 68% dos R\$ 120,3 bilhões obtidos com a venda das ações serão

“O projeto dos movimentos sociais para a regulamentação da indústria do petróleo no Brasil prevê o fechamento do capital da empresa, com o governo passando a deter 100% do mesmo.”

utilizados para pagar os 5 bilhões de barris de petróleo e/ou equivalentes.

O aumento do capital social da Petrobrás implicou a emissão de 4,3 bilhões de novas ações, sendo 58% destas, ordinárias, com direito a voto nas assembleias, e os 42% restantes, de ações preferenciais. O valor final da operação somou, como dito, R\$ 120,3 bilhões. A maior oferta de ações já observada até então em nível internacional.

A participação da União no capital social da empresa (União Diretamente + BNDES + Fundo Soberano) somou R\$ 79 bilhões.

Os demais acionistas (antigos e novos) injetaram outros R\$ 41 bilhões. Em termos percentuais, a participação da União (direta e indireta) no total do capital social passou de 40% para 48% e nas ações ordinárias, de 57% para 64%.

O projeto dos movimentos sociais para a regulamentação da indústria do petróleo no Brasil prevê o fechamento do capital da empresa, com o governo passando a deter 100% do mesmo. Neste sentido, o processo de cessão onerosa e de venda de ações ficou muito aquém da proposta apresentada pelos movimentos sociais, mas não se pode deixar de reconhecer que representou um passo a mais na direção do fortalecimento da empresa e de seu caráter público estratégico.

¹Estudos preliminares mais conservadores apontam reservas da ordem de 80 bilhões de barris. Os mais otimistas estimam em 200 bilhões. Mesmo tomando por base as estimativas mais conservadoras, o país passará a figurar na lista dos cinco países do mundo mais importantes em termos de reservas de petróleo e/ou gás natural do mundo.

²Da área total da província, 112 mil quilômetros quadrados, já foram leiloados, e portanto estão sob o sistema de concessão, 38 mil quilômetros quadrados. Estando ainda sob o controle da União 71 mil quilômetros quadrados, 68% da extensão total.

³A adoção do sistema de partilha de produção ainda depende de aprovação do Congresso Nacional. Para uma discussão sobre os diferentes sistemas que regulam a indústria de petróleo ver a Nota Técnica do Dieese n° 71, “As Recentes Descobertas de Petróleo e Gás Natural o Marco Regulatório da Indústria do Petróleo no Brasil”, de agosto de 2008.

QUEM QUER DINHEIRO?!

Caixa não precisava comprar créditos do banco de Silvio Santos

O presidente em exercício do Sindicato, José Ferreira, afirmou que a Caixa Econômica Federal não precisava ter comprado os cerca de R\$700 milhões em créditos do Banco PanAmericano. “A Caixa quis ampliar seus negócios no mercado de crédito direto ao consumidor (CDC) e consignado, quando poderia ter feito isso com sua própria carteira que bastante volumosa. Mas preferiu correr os riscos dos prejuízos do PanAmericano a investir em sua própria estrutura e contratar mais empregados para operar bem este nicho de mercado”, explicou. José Ferreira disse esperar que a presidente da Caixa, Maria Fernanda Ramos, exerça maior controle contábil do PanAmericano, cujo conselho de administração ela vai presidir.

BANCO CENTRAL

O presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, afirmou na quinta-feira (11), que não houve uso do dinheiro público para socorrer o PanAmericano. “Foi solucionado o problema sem o uso de um centavo público. Foi preservado o patrimônio dos acionistas minoritários, da Caixa Econômica Federal e dos depositantes do banco. O Banco Central seguiu todas as normas legais de prazos, agiu a tempo e na hora. Não tem similaridade com o Proer”, afirmou ele, fazendo



José Ferreira entende que a Caixa deveria ter evitado riscos da parceria com PanAmericano

referência ao programa de socorro a bancos no governo de Fernando Henrique Cardoso. E acrescentou: “O Banco Central pode decretar a liquidação, mas pode determinar medidas preventivas. O banco continua com a vida normal. Os depositantes estão livres para sacar seus recursos e depositar se quiser. Não é uma solução usual hoje no mundo. Sem perda para depositantes e o poder público”.

FRAUDE

O Grupo Silvio Santos, o acionista principal do PanAmericano, anunciou que deve colocar R\$ 2,5 bilhões no banco para cobrir um prejuízo causado por uma fraude contábil. Em seu comunicado oficial, a diretoria do banco menciona “inconsistências contábeis”. O BC descobriu que o PanAmericano vendeu carteiras de crédito para outras instituições financeiras, mas continuou contabilizando esses recursos como parte do seu patrimônio. O problema foi detectado há poucos meses e houve uma negociação para evitar a quebra da instituição, já que o rombo era bilionário. A quebra só foi evitada após o Grupo Silvio Santos assumir integralmente a responsabilidade pelo problema e oferecer os seus bens para conseguir um empréstimo nesse valor junto ao Fundo Garantidor de Crédito. Como o fundo é uma entidade privada, não houve utilização de recursos públicos.

CONSUMO POPULAR

Conhecido no mercado como uma “financeira”, o PanAmericano tem ação focada no crédito para o consumo popular. Até junho deste ano, sua carteira de empréstimos atingia os R\$ 10,9 bilhões, com 12,3 milhões de cartões de crédito emitidos.

Negociações permanentes: diretoria da empresa mantém retaliações à greve

Na última quinta-feira (11), em Brasília, foram retomadas as negociações permanentes, sendo definidos os encaminhamentos para a concretização das conquistas do acordo específico da campanha nacional deste ano. Participaram do encontro representantes da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT) e da diretoria da Caixa Econômica Federal.

Em relação à metodologia para as promoções por merecimento do ano de 2010, houve acordo a respeito dos ajustes na proposta produzida pela comissão paritária que tratou do assunto, com o compromisso de divulgar a redação final do documento ainda neste mês. Todos os empregados que obtiverem no mínimo média 8 na avaliação receberão pelo menos um delta.

CORTE NO SESMT

Foi decidido que o GT do Sipon será paritário

e instalado ainda este ano. O GT Saúde também fará reunião em 2010. Entre os assuntos em debate estão a análise dos resultados e do custeio do Saúde Caixa, a destinação do superávit do plano e a criação e funcionamento da Comissão para Solução de Conflitos. Os sindicalistas reivindicaram a reversão do corte de 30% sobre o número de técnicos do Serviço de Engenharia de Saúde e Medicina do Trabalho (Sesmt). A empresa vai discutir o tema no GT da Saúde. “A empresa vai estudar a solicitação do Sindicato de retirar da ficha funcional a falta correspondente à paralisação de 24 horas, feita no dia 31 de janeiro de 2006, somente em algumas unidades do Rio. Vamos cobrar a resposta da Caixa”, afirmou o representante da Federação RJ/ES, Ricardo Maggi.

VALE-TRANSPORTE

A Comissão Executiva dos Empregados

colocou também em discussão o afastamento da função de quem estava na condição de substituto e aderiu à greve e também a suspensão do pagamento do vale-transporte de quem participou da paralisação, medidas de retaliação ao movimento dos trabalhadores. Os representantes da empresa contrargumentaram, afirmando que ambas são medidas previstas nos regulamentos da empresa e aplicadas a qualquer tipo de afastamento. Mas acrescentaram que vão consultar a diretoria da Caixa em relação ao vale-transporte. Os sindicalistas protestaram também quanto à recusa da empresa em conceder o complemento de R\$39 aos empregados que estão fora da Estrutura Salarial Unificada (ESU), caso dos bancários que optaram por permanecer no plano de benefícios Reg/Replan não-saldado da Funcef.

Justiça manda reintegrar bancário pela segunda vez



A juíza federal do Trabalho Alba Valéria Guedes F. da Silva reintegrou, na sexta-feira (12), no Bradesco, agência Barra da Tijuca, o bancário Elisson da Motta Ribeiro. Alisson já havia sido demitido em abril de 2005, entrou com ação de reintegração e em abril deste ano voltou ao trabalho, mediante liminar do juiz Ropbert de Assunção Aguiar, por ser portador de lesões por esforços repetitivos (LER). Dois meses depois, o banco o demitiu novamente. Ele recorreu ao Sindicato, que repetiu os procedimentos jurídicos e a juíza concedeu nova liminar para a volta ao trabalho. O bancário foi acompanhado pelos diretores Carlos Maurício e Everaldo Dantas.

PALESTRA

Bancária indiana dá palestra no Sindicato nesta quarta (17)



A indiana Vijayalakshmi Nair, secretária de Assuntos das Mulheres da Federação Indiana de Bancários (Ituc), faz palestra no auditório do Sindicato, dia 17, às 18h30, sobre a estrutura do sistema financeiro da Índia e a representação dos bancários. Nair está no Brasil finalizando sua pesquisa de mestrado da Global Labor University (GLU). A palestra será em inglês, com tradução de Jô Portilho.

Secretário-geral da UNI vê Brasil como liderança sindical no mundo

O secretário-geral da UNI Sindicato Global, Philip Jennings, deu a dimensão da importância dos brasileiros na cruzada pela melhoria das condições de vida e do bem-estar dos trabalhadores de todos os cantos do planeta. Jennings participou ao vivo do Momento Bancário em Debate de quinta-feira, 11, direto de Nagasaki, no Japão, onde se realiza o 3º Congresso Mundial UNI Sindicato Global, do qual participa o presidente do Sindicato, Almir Aguiar.

“Esse é um congresso que une o Norte e o Sul e a voz do sul está sendo ouvida com muita força. O mundo mudou e o Brasil agora é uma nação que tem de ser vista como ator global. Seu país tem um novo status. É uma potência emergente. Isso significa que o movimento sindical brasileiro também está ganhando força e presença”, afirmou no programa, ao lado da presidenta do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Juvândia Moreira.

“Quando eu falo com o FMI, banqueiros ou líderes globais, a primeira coisa que eles sempre dizem é: Quem você representa? O fato desse sindicato aqui ser membro da UNI me dá forças. Vocês me dão a musculatura e a confiança

de que eu posso apresentar as resoluções deste congresso com autoridade de São Paulo e Rio. Esse apoio e os pensamentos que esse sindicato traz são importantes para a vida dessa organização”, disse Jennings.

Jennings ressaltou também a nova geração de líderes na entidade. “Essa não é uma UNI Global Union que está cansada, desatualizada, envelhecida, sem novas idéias. É uma organização com líderes jovens. Temos idéias novas, energia, ação, dinamismo. Estamos aqui para mudar o mundo. Queremos mais renda para as futuras gerações, organizar os trabalhadores, conquistar direitos de negociar e mudar toda a forma do processo de globalização que temos visto. E iremos fazer isso.”

Acordo Marco - O diretor reforça ainda que a UNI tem um plano de ação sendo definido no 3º Congresso Mundial. “Não estamos aqui apenas para observar.” Dentre as ações mais importantes está o Acordo Marco Global. “Os modelos de emprego fazem muita pressão para fazer tudo ficar mais precário. É um dos maiores desafios que temos. Para enfrentá-lo, precisamos de organização. Organizados, conquistamos acor-

dos globais para conseguir melhorar as condições dos trabalhadores. Com os acordos globais conseguimos globalizar responsabilidades sociais”, afirmou, sem deixar de ressaltar, novamente, o papel dos trabalhadores brasileiros. “Precisamos da energia e da militância de vocês no Brasil.”

Jennings salientou também o apoio e o esforço dos trabalhadores brasileiros na figura da presidenta Juvândia Moreira. “Tem sido uma fantástica embaixatriz, não só do Sindicato, mas também das mulheres brasileiras.”

Crise - O diretor afirmou que a crise mundial ainda não acabou. “Minha mensagem é de que as elites financeiras estão reagindo e se esforçando muito para que mudanças não aconteçam. Para que não se mude as regras do jogo, não se crie regras fortes e que não se tenha transparência. Para que eles mantenham sua especulação financeira”, disse. “O comportamento não mudou. Mais de 90% das pessoas que nos colocaram nesta confusão ainda têm posição privilegiada e agora estão começando a pagar para eles mesmos bônus nos mesmos patameres. Para nós essa luta ainda não terminou.”

Greve geral em Portugal em protesto contra pacote de arrocho

Trabalhadores de vários países da Europa têm realizado grandes manifestações de rua e greves gerais contra as medidas de arrocho e redução de direitos anunciadas pelos diversos governos do continente. No próximo dia 24 será a vez de os portugueses deflagrarem uma greve geral em repúdio ao aumento de impostos, corte de salários do setor público, redução no valor dos benefícios previdenciários e aumento do tempo exigido para a aposentadoria.

Os ataques aos direitos visam atingir a meta imposta pela União Européia de impedir que o déficit público dos países membros supere 3% do Produto Interno Bruto (PIB), o que tem causado revolta, principalmente porque este déficit não foi criado pelos trabalhadores e sim pelos governos europeus quando, na crise de 2008, deram trilhões para salvar bancos e outras multinacionais. Agora querem que os trabalhadores paguem essa conta. Greves gerais já foram realizadas na Grécia, Itália, França, Espanha e Inglaterra, entre outros.

TRILHÕES PARA OS BANCOS

Os primeiros sinais da crise financeira internacional começaram a ana-



recer em 2007 com as suspeitas de que o mercado imobiliário dos Estados Unidos vivia uma bolha. Havia temores de que bancos americanos e europeus possuíssem ativos altamente arriscados, lastreados em hipotecas de baixa qualidade. A crise explodiu em 2008 confirmando as suspeitas e levando os governos a inietarem bilhões de dólares e euros em

seguradoras, bancos e outras grandes empresas que quebravam nos países mais afetados. No caso da Europa, a iniciativa agravou os déficits nacionais, já muito elevados.

Para reequilibrar as contas públicas, os governos europeus optaram por jogar a responsabilidade sobre as costas da população, impondo aumento de impostos, corte de salários e direitos previdenciários. As greves gerais e grandes manifestações de rua são a resposta a estes ataques. A mais recente mobilização aconteceu no último dia 10, quando milhares de estudantes e professores participaram de um protesto no centro de Londres contra o projeto que pretende triplicar o preço das anuidades das universidades e cortar subsídios universitários na Inglaterra. Foram anunciados, ainda, naquele país corte de 490 mil empregos no setor público e de 18 bilhões de libras nos benefícios sociais. Alguns manifestantes invadiram a sede do Partido Conservador - que assumiu o poder em maio na Grã-Bretanha -, puseram fogo em cartazes diante do local e entraram em confronto com a polícia, segundo relatos de repórteres da BBC no local.